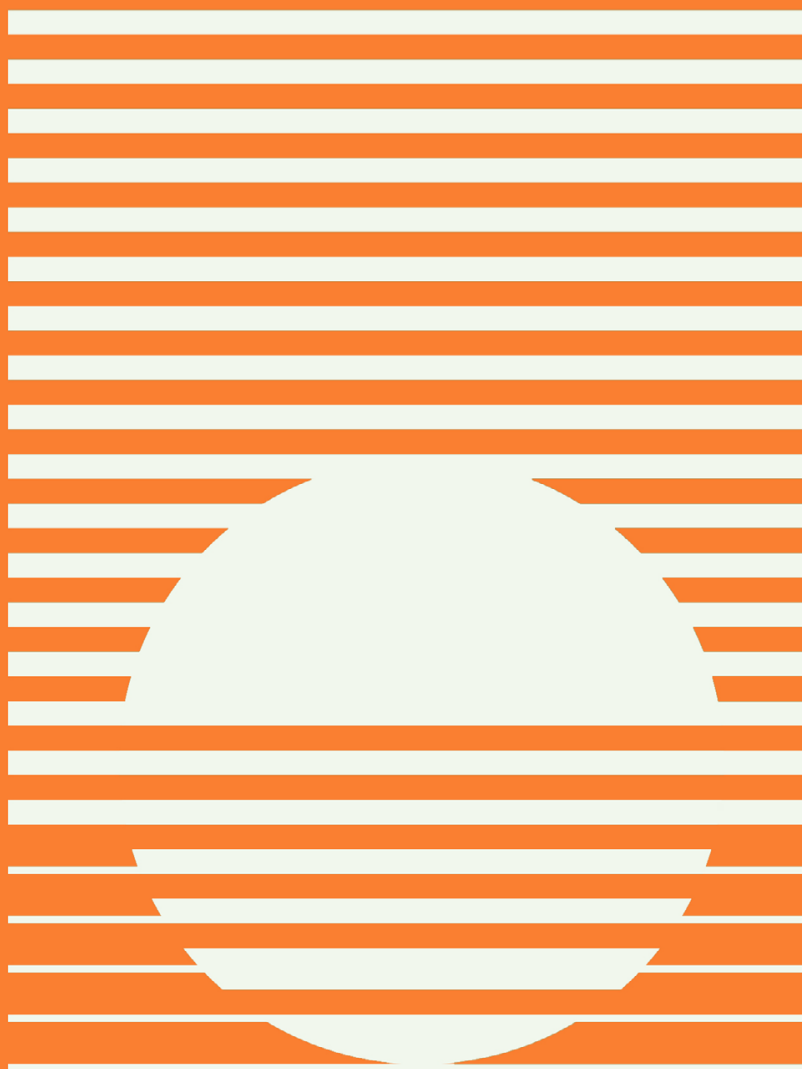


CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

02
2017



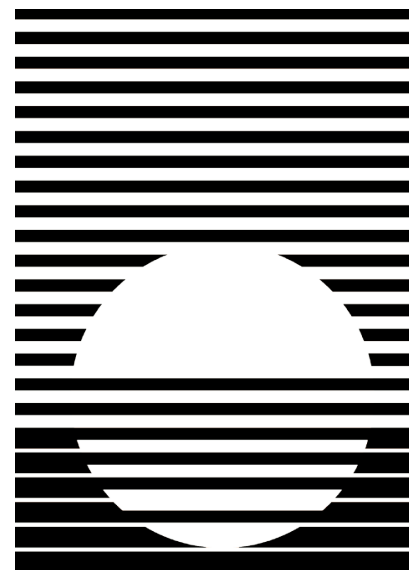
CONJUNTURA LATITUDE SUL

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.



Corpo Editorial

Editora Executiva: Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

Editor Adjunto: Murilo Gomes da Costa

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: André Luiz Coelho Farias de Souza, Bruna Soares de Aguiar, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Avelhan, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Nicolle Garcia Berti, Niury Novacek Gonçalves de Faria, Taísa Rezende.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



Indicação de novo chanceler do governo Temer repercute no Sul

No final de fevereiro, José Serra, então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, pediu demissão do cargo, alegando problemas de saúde. Também houve mudança no Ministério da Justiça, com a saída de Alexandre de Moraes e a nomeação de Osmar Serraglio para substituí-lo. O presidente Michel Temer anunciou que o cargo de chanceler seria ocupado por Aloysio Nunes, do mesmo partido político de José Serra, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O novo ministro sinalizou que deve manter a política externa de seu antecessor e buscará aproximar o Mercosul da Aliança do Pacífico. A substituição no Ministério das Relações Exteriores (MRE) repercutiu na mídia de vários países do Sul. Na China, destacou-se a proximidade entre as orientações políticas de Serra e Nunes e a experiência do novo chanceler como presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro. A imprensa indiana lembrou as críticas de Aloysio Nunes a Donald Trump e também citou a provável continuidade das ações de Serra. De maneira geral, na América do Sul, além de aspectos biográficos do atual chanceler, foi destacada a vertente mais econômica da política externa de Serra e Nunes, voltada à busca de novos mercados. Na Bolívia e no Paraguai, houve ênfase para a posição “antibolivariana” e crítica de Aloysio Nunes em relação à política externa desenvolvida pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Na mídia argentina, chilena e uruguaia, houve destaque para o passado do ministro, que foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e membro de guerrilhas que lutaram contra a ditadura militar no Brasil, e para seu atual posicionamento político de centro-direita. Também foi citado por alguns veículos sul-americanos de imprensa que, assim como Serra, Aloysio Nunes não é um diplomata de carreira.

Fontes: [Estadão](#), 02/02/2017; [Emol](#), 02/02/2017; [Clarín](#), 02/02/2017; [El País Brasil](#), 02/02/2017; [El País Uruguay](#), 02/02/2017; [ABC Color](#), 03/02/2017; [Global Times](#), 03/02/2017; [La Nación](#), 03/02/2017; [Times of India](#), 03/02/2017; [El Deber](#), 04/02/2017.

Macri e Temer coordenam ações para promover liberalização do Mercosul

A visita do presidente Mauricio Macri ao Brasil, no mês de fevereiro, tinha como pauta prioritária a maior abertura nas trocas bilaterais e dos países do Mercosul com outros parceiros. Em discurso no Palácio do

Planalto, o presidente argentino pregou uma aproximação comercial com o México e com outros países da Aliança do Pacífico. Além disso, os presidentes argentino e brasileiro manifestaram intenção de coordenar ações para impulsionar o livre comércio no bloco e fortalecer suas relações comerciais e econômicas com outros países. Essa preocupação em tornar o bloco mais atrativo à investimentos externos, está relacionada ao novo cenário de protecionismo internacional, iniciado com as políticas de Donald Trump. Michel Temer e Mauricio Macri também enviaram uma carta conjunta ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, com um pedido de assistência para a criação de uma agência única de normas técnicas, sanitárias e fitossanitárias, que servirá, segundo os chefes de Estado, como um instrumento para agilizar o comércio. A reunião entre Temer e Macri serviu para reforçar o compromisso de ambos os países de ampliar a inserção internacional do Mercosul através de acordos de livre comércio com outros blocos e países, tais como Canadá, Japão, Coreia do Sul e países da Associação de Livre Comércio Europeia (Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein).

Fontes: [La Nación](#), 05/02/2017; [Clarín](#), 06/02/2017; [El País](#), 07/02/2017.

Irã deseja intensificar cooperação com o Brasil

Em 5 de fevereiro, o presidente iraniano, Hassan Rouhani, afirmou que seu país está interessado em desenvolver a cooperação com o Brasil em “todos os setores”. A afirmação ocorreu ao receber as credenciais de Rodrigo de Azeredo Santos, novo embaixador brasileiro em Teerã. No encontro, Azeredo destacou a relação amistosa entre os dois países e lembrou o papel positivo do Irã em assegurar a paz e a estabilidade na região. Mohamad Javad Zarif, primeiro ministro iraniano, por sua vez, afirmou que o Irã é um parceiro adequado para o Brasil, com boas perspectivas de acordos comerciais. Hoje, os países já negociam na indústria petroquímica, de gás e de petróleo e a intenção é expandir os negócios, sobretudo, nos setores de energia e transporte.

Fontes: [Estadão](#), 05/02/2017; [Hispan TV](#), 05/02/2017; [Islamic Republic News Agency](#), 05/02/2017.

Geopolítica chinesa chega a Belo Monte

Em uma lógica de expansão dos negócios e da sua influência nos países do Sul, as articulações da China no setor de energia ganham destaque. A hidrelétrica de Belo Monte aparece como centro das negociações que têm movimentado o setor público brasileiro, através da Eletrobrás, os consórcios privados e o interesse estrangeiro chinês. A usina hidrelétrica de Belo Monte é vista como um possível grande investimento da China na região Norte do Brasil. Vale salientar que a construção da terceira maior hidroelétrica do mundo continua cercada de questionamentos e conflitos, relacionados aos seus impactos ambientais, aos recentes casos de corrupção relatados pela Operação Lava Jato e às contradições derivadas da presença do capital privado.

Fontes: [O Globo](#), 11/02/2017; [Valor Econômico](#), 13/02/2017; [Exame](#), 24/02/2017.

Atuação do Poder Legislativo latino-americano em política externa

Durante o mês de fevereiro, foram noticiados alguns eventos sobre a atuação do Poder Legislativo latino-americano em política externa. No Brasil, houve repercussão da visita que o presidente do Parlamento venezuelano, Julio Borges, fez aos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado, Eunício de Oliveira. Borges também se reuniu com o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Serra. O objetivo principal de sua vinda foi chamar a atenção dos políticos brasileiros para a atual situação política da Venezuela. Borges criticou esta situação e destacou que os problemas que vêm ocorrendo em seu país podem afetar diretamente as nações vizinhas. Maia manifestou a intenção de que seja construído um ambiente de debate permanente entre os Parlamentos da América do Sul e comentou que uma nova visita de parlamentares brasileiros à Venezuela teria de ser planejada com cautela, tendo em vista as dificuldades ocorridas em 2015, quando uma delegação de senadores brasileiros foi à Caracas, mas não conseguiu realizar a programação prevista para a visita. No México, a mídia nacional repercutiu reuniões realizadas entre o Senado e a chancelaria mexicana que resultaram no compromisso de construção de um decreto legislativo para guiar o governo mexicano em sua interlocução com o governo dos EUA. Fernando Herrera, senador do país, enfatizou que participaram da construção do decreto senadores de todos os partidos políticos, bem como o embaixador dos EUA no México e um grupo de especialistas internacionais.

Fontes: [G1](#), 08/02/2017; [Estadão](#), 08/02/2017; [Excelsior](#), 16/02/2017; [Excelsior](#), 28/02/2017.

Eleições presidenciais no Equador: Moreno e Lasso disputam o segundo turno

O mês de fevereiro de 2017 foi marcado pela reta final das campanhas nas eleições no Equador. Entre promessas e ataques, os oito candidatos à presidência no país protagonizaram debates que enfatizaram os casos de corrupção na estatal Petroecuador. As eleições para presidente, vice-presidente e Assembleia Geral ocorreram no dia 19 de fevereiro, contando com observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). No mesmo dia, Guillermo Lasso, do partido de centro-direita Criando Oportunidades (CREO), e Lenín Moreno, do partido Aliança País, do atual presidente Rafael Correa, reconheceram que haverá segundo turno no Equador. Após a demora na divulgação do resultado oficial da eleição presidencial e das tensões relacionadas à contagem dos votos, o Conselho Nacional Eleitoral divulgou oficialmente o resultado no dia 27 de fevereiro: Moreno obteve 39,36% dos votos e Lasso obteve 28,09%. No Equador, o sistema eleitoral prevê segundo turno se nenhum dos candidatos conseguir maioria absoluta ou se o mais votado não conseguir 40% dos votos com uma margem de ao menos 10 pontos percentuais de vantagem em relação ao segundo candidato. Os presidenciáveis retomaram suas articulações para o segundo turno. Em uma pesquisa eleitoral realizada pela consultoria equatoriana Cedatos, entre 23 e 24 de fevereiro, Lasso aparece como primeira opção de voto no segundo turno, com 52,1 % de intenção de voto frente a 47,9 % de Moreno. Apesar do segundo turno não agradar ao partido governista, as eleições da Assembleia Nacional confirmaram a vitória da Aliança País, pois terá maioria absoluta no próximo período legislativo. Um destaque nestas eleições foi a aprovação, em consulta popular realizada com as eleições, da proposta do partido governista de proibir que indivíduos com propriedades e dinheiro em países considerados paraísos fiscais concorram em eleições ou tornem-se servidores públicos.

Fontes: [El Mercurio](#), 04/02/2017; [El Mercurio](#), 06/02/2017; [El Mercurio](#), 10/02/2017; [El Comercio](#), 19/02/2017; [El Mercurio](#), 19/02/2017; [El Mercurio](#), 19/02/2017; [El Comercio](#), 20/02/2017; [El Mercurio](#), 20/02/2017; [El Comercio](#), 21/02/2017; [El Comercio](#), 21/02/2017; [El Comercio](#), 21/02/2017; [El Comercio](#), 23/02/2017; [El Comercio](#), 23/02/2017; [El Comercio](#), 24/02/2017; [El Mercurio](#), 26/02/2017; [El Comercio](#), 27/02/2017; [El Comercio](#), 27/02/2017.

Processo de paz na Colômbia: diálogo com o ELN e entrega de armas das Farc

O mês de fevereiro foi marcado pelo início do diálogo entre o governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Após liberação do ex-congressista Odín Sánchez, sequestrado pelo grupo, e de seis tentativas frustradas de negociação, deu-se início no dia 07 de fevereiro às negociações de paz entre as partes, em Quito, Equador. As negociações são acompanhadas por observadores de seis países: Venezuela, Equador, Cuba, Chile, Brasil e Noruega. Um dos pontos centrais que postergou o início das negociações foi o uso do sequestro pelo ELN, que ainda não renunciou a esta prática. A imprensa colombiana destacou as diferenças entre as negociações estabelecidas com o ELN e com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Uma delas é que as partes não chegaram a um acordo de cessar-fogo bilateral. No dia 17 de fevereiro, houve um atentado à policiais em La Macarena, que resultou na morte de um policial e de 25 feridos. O ELN assumiu a autoria do atentado e reiterou ao governo a urgência de chegarem a um cessar-fogo. Por sua vez, Juan Camilo Restrepo, chefe da equipe negociadora do governo, criticou a ação do grupo, afirmando que o cessar-fogo só ocorrerá quando o ELN compreender que é necessário diminuir o conflito e não o intensificar. No que tange à implementação dos acordos com as Farc, o mês de fevereiro marcou um importante avanço: cerca de 7.000 membros das Farc trasladaram-se aos pontos de concentração para entrega das armas, seguindo o acordado entre as partes. Mesmo com dificuldades logísticas para mobilização dos ex-combatentes e com o atraso na construção dos dormitórios das chamadas Zonas Veredales (zonas transitórias de normalização), a missão da Organização das Nações Unidas (ONU), o governo colombiano e as Farc comprometeram-se a manter o cronograma de desarmamento, previsto para dia 1º de março.

Fontes: [Semana](#), 06/02/2017; [El Espectador](#), 06/02/2017; [El Espectador](#), 07/02/2017; [El Espectador](#), 07/02/2017; [El Tiempo](#), 09/02/2017; [El Tiempo](#), 10/02/2017; [Semana](#), 16/02/2017; [Semana](#), 18/02/2017; [Semana](#), 18/02/2017; [Semana](#), 20/02/2017; [El Tiempo](#), 21/02/2017; [Semana](#), 25/02/2017; [El Espectador](#), 26/02/2017; [El Espectador](#), 26/02/2017; [Semana](#), 27/02/2017; [El Espectador](#), 28/02/2017; [Semana](#), 28/02/2017.

Referendo Revocatório e Direitos Humanos na Venezuela

Os obstáculos à convocação de um Referendo Revocatório em 2016, que possibilitaria a realização de novas eleições e definiria o destino político do presidente Nicolás Maduro na Venezuela, continuam gerando reações da oposição venezuelana e de líderes de outros países da região. De acordo com a regra constitucional, para que novas eleições fossem convocadas, o processo de recolhimento de assinaturas deveria ter sido finalizado em dezembro de 2016, mas foi suspenso em outubro pelo Conselho Nacional Eleitoral, sob suspeita de fraude. A oposição argumenta que houve obstrução de justiça pelo governo e que o processo teria seguido os prazos caso houvesse liberdade política no país. O Supremo Tribunal de Justiça foi acionado para regulamentar uma consulta à Assembleia Nacional sobre o processo do referendo. A Anistia Internacional criticou a Venezuela em seu relatório anual de Direitos Humanos, ressaltando a situação dos presos políticos no país. O presidente da Argentina, Mauricio Macri, também criticou a situação do sistema carcerário venezuelano e questionou a legitimidade de Maduro. O governo do Paraguai emitiu comunicado em que apoia a suspensão da Venezuela dos organismos regionais e considera esse afastamento como uma sanção legal, apoiada na Carta Democrática do Mercosul. O governo venezuelano argumenta que seguiu os ritos constitucionais para a convocação do referendo e que, portanto, não houve ruptura da ordem democrática.

Fonte: [La Nación](#), 21/02/2017; [ABC](#), 22/02/2017; [El Nacional](#), 22/02/2017; [El Nacional](#), 22/02/2017; [ABC](#), 25/02/2017.

Mobilizações de massa e greve geral contra política econômica de Macri

As três maiores centrais sindicais da Argentina convocaram mobilizações para o mês de março para preparar uma greve geral em protesto contra o governo de Mauricio Macri, devido ao aumento do desemprego e a perda de poder aquisitivo dos trabalhadores. A greve teria como objetivo exigir que o governo modifique sua política econômica. A primeira atividade relacionada a esta política foi a paralisação dos professores da rede pública por 48 horas por ocasião da volta às aulas. O principal motivo desta mobilização foi a petição por aumento salarial da ordem de 35%, devido ao alto índice de inflação do ano 2016, que chegou aos 40%. Outra mobilização foi programada para o

dia 07 de março, organizada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) motivada pelo descumprimento do acordo de antidemissões que o governo macrista havia assumido com a Confederação e pela política de abertura do mercado argentino a importações. Além disso, diferentes movimentos feministas e coletivos de mulheres articularam uma mobilização popular e uma greve internacional para 8 de março, dia internacional de luta das mulheres.

Fontes: [Clarín](#), 02/02/2017; [La Nación](#), 05/02/2017; [La Nación](#), 07/02/2017; [Clarín](#), 07/02/2017.

Do Atlântico ao Pacífico: avanços no Corredor Ferroviário Bioceânico

Neste mês de fevereiro tiveram início as negociações sobre o projeto do Corredor Ferroviário Bioceânico Central, que trará avanços para a infraestrutura de integração sul-americana. O projeto, de iniciativa boliviana, contará com um corredor ferroviário com 3.700km, dos quais 80% já estão implantados. A primeira negociação se deu entre Bolívia e Paraguai, no dia 05 de fevereiro, como resultado de um memorando de entendimento, assinado em janeiro, que definiu que os países contratarão uma consultoria para estudar a viabilização do projeto. A finalização do corredor bioceânico exige a construção de 200 km de ferrovia dentro do território boliviano. O projeto referente a este último trecho foi aprovado pela União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e está na fase de captação de investimentos na Europa. Por enquanto, os governos da Suíça e da Alemanha demonstraram interesse em participar do financiamento, que terá um custo aproximado de US\$ 14 milhões. A segunda negociação ocorreu no dia 13 de fevereiro, no Brasil, com a visita do Ministro de Obras Públicas, Serviços e Habitação da Bolívia, Milton Claros, à Corumbá, que apresentou o projeto ao governador do Estado do Mato Grosso do Sul. Na visita, os representantes brasileiros argumentaram que a grande vantagem do projeto boliviano é a possibilidade concreta de uma integração comercial com o Paraguai, com a Argentina e com o Chile, cujos países se unem a esta malha por meio de ramais, que já estão em operação, além do aumento da competitividade na exportação agrícola, possibilitada com essa nova rota.

Fontes: [El Deber](#), 05/02/2017; [Portal do Governo de Mato Grosso do Sul](#), 13/02/2017; [Capital News](#), 13/02/2017; [El Deber](#), 22/02/2017.

China quer aprofundar cooperação em infraestrutura na Ásia e na África

A iniciativa One Belt, One Road, proposta pela China em 2013, vem ganhando contornos cada vez mais definidos. O objetivo de integrar os países que fazem parte da Rota da Seda econômica numa rede de infraestrutura e comércio com a Europa e a África é construído através de diversos projetos, dentre os mais recentes, os acordados com Paquistão e com Singapura. Os dados mostram que empresas chinesas já investiram mais de US\$ 50 bilhões em projetos nesta iniciativa, tanto do setor de transportes (como ferrovias e portos), quanto do setor de energia. Na África, um projeto central de cooperação em infraestrutura com a China é a construção de uma ferrovia que ligará Mombaça à Nairóbi, no Quênia, passando por Kampala, em Uganda. Apesar dos projetos de cooperação com a África atraírem muitos olhares positivos, especialistas ressaltam que é preciso que a China não deixe de levar em conta as questões ambientais, assim como os contextos econômicos e sociais dos países parceiros.

Fontes: [Global Times](#), 05/02/2017; [China Daily](#), 17/02/2017; [South China Morning Post](#), 20/02/2017; [China Daily](#), 23/02/2017; [China Daily](#), 24/02/2017; [People's Daily](#), 26/02/2017; [China Daily](#), 28/02/2017.

China e Rússia vetam sanções contra a Síria no Conselho de Segurança

Em 28 de fevereiro de 2017, durante a reunião do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), os representantes dos governos da China e da Rússia vetaram proposta defendida por EUA, França e Reino Unido de impor sanções à Síria. Essa proposta foi baseada em uma investigação conjunta da ONU e da Organização para a Proibição de Armas Químicas afirmando que o governo de Bashar Al-Assad teve envolvimento em ao menos três ataques com gás cloro. A resolução tentava impor restrições de viagens internacionais e congelamento de contas a 11 cidadãos sírios, em sua maioria comandantes militares, e a 10 empresas e organizações sírias supostamente envolvidas em ataques com armas químicas no conflito do país. Além da China e da Rússia, que exerceram seu poder de veto alegando que esta proposta prejudicaria as negociações de paz em andamento, a Bolívia também votou contra a resolu-

ção, que, por outro lado, contou com o apoio de nove países. Cazaquistão, Etiópia e Egito se abstiveram da votação.

Fontes: [Jornal do Brasil](#), 28/02/2017; [G1](#), 28/02/2017; [UNNews Centre](#), 28/02/2017; [Xinhuanet](#), 28/02/2017.

Presidentes dos EUA e da Turquia conversam sobre segurança internacional

Em 8 de fevereiro de 2017, o chefe de Estado da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, e o presidente dos EUA, Donald Trump, conversaram durante 45 minutos por telefone sobre diversos tópicos relacionados à situação da Síria, como a criação de uma zona de segurança, a crise de refugiados e a luta contra o Estado Islâmico nas cidades sírias de Al-Bab e Raqqa. Além disso, Erdogan pediu ao governo dos EUA que não apoiasse o partido curdo-sírio União e Democracia (PYD, em curdo), assim como a sua milícia, as Unidades de Proteção Popular (YPG, em curdo), que o governo turco considera uma célula da guerrilha do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). Por seu lado, Trump classificou a Turquia como um aliado estratégico dos EUA e reiterou seu apoio ao país como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Fontes: [Exame](#), 08/02/2017; [Estadão](#), 08/02/2017; [RTP](#), 08/02/2017; [O Dia](#), 08/02/2017.

O comércio latino-americano e o protecionismo dos Estados Unidos

Em 28 de fevereiro de 2017, o chanceler mexicano Luis Videgaray afirmou, em sessão plenária do Senado, que uma das prioridades do governo do seu país será firmar acordos de curto prazo com o Brasil e com a Argentina. Essa declaração ocorre em um momento em que o governo mexicano discorda da nova política comercial estadunidense, inclusive de uma eventual revisão do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA). Videgaray manifestou a disposição mexicana de diversificar parcerias comerciais com os países da América do Sul, citando Colômbia, Chile, Peru, além da Argentina e do Brasil. No fim do mês, por ocasião de sua reeleição à direção da Organização Mundial do Comércio (OMC), o brasileiro Roberto Azevedo defendeu um sistema de comércio mais inclusivo e alertou sobre o protecionismo das economias desenvolvidas.

Fontes: [O Globo](#), 07/02/2017; [Estadão](#), 07/02/2017; [Reuters](#), 07/02/2017; [República](#), 08/02/2017; [Prensa Latina](#), 28/02/2017; [El Universal](#), 28/02/2017.

Políticas migratórias permanecem como objeto de debate

No mês de fevereiro, a Alta Comissária da União Europeia para Negócios Estrangeiros e o Comissário Europeu das Migrações se reuniram em Washington com representantes do governo de Donald Trump a fim de debater os desafios globais na agenda de migração e a cooperação no âmbito da defesa. Em contestação às políticas migratórias adotadas pelos governos, as sociedades se posicionaram ao longo do mês. Nos EUA, o dia 16 de fevereiro foi estabelecido, por iniciativa popular, como “Dia do Migrante” e defensores da causa pararam todas as atividades em protesto às medidas de migração de Trump. Em Barcelona, milhares de pessoas saíram às ruas defendendo o acolhimento dos refugiados diante das dificuldades colocadas pelos governos europeus. A polêmica se estende também a outras regiões. Na América Latina, continuam os enfrentamentos entre a Venezuela e a Colômbia pelo fluxo migratório de colombianos entre os dois países e na Argentina cresce o repúdio ao Decreto de Necessidade e Urgência que modifica as Leis de Migrações e de Nacionalidade e Cidadania. No Brasil, o pedido de refúgio de venezuelanos aumentou 3.000% no último ano, havendo pelo menos 15 mil vivendo em Roraima, segundo declarações do governo de Temer. Isso ocorre em um contexto de crescente expectativa em relação à aprovação da Nova Lei de Migração, que visa substituir o Estatuto do Estrangeiro, datado da Ditadura Militar. No Rio de Janeiro e em São Paulo projetos como o “Abraço Cultural” promovem a integração de refugiados através de aulas de idioma e cultura de seus países de origem.

Fontes: [RPT Notícias](#), 06/02/2017; [El País](#), 08/02/2017; [El Tiempo](#), 13/02/2017; [Agência Nacional](#), 15/02/2017; [ONU BR](#), 15/02/2017; [ONU BR](#), 15/02/2017; [Carta Capital](#), 16/02/2017; [La Vanguardia](#), 18/02/2017; [Ámbito.com](#), 22/02/2017.

Mulheres na ciência

A proximidade do Dia Internacional da Mulher, 08 de março, reacende o debate sobre a violência e a discriminação que ainda hoje sofrem as mulheres. No dia 11 de fevereiro, Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, o foco foi dado às barreiras que enfrentam as mulheres para o acesso à educação e ao mercado de trabalho, onde estereótipos de gênero ainda têm um grande peso na autopercepção e na opção por determinadas carreiras, o que, unido ao teto de vidro, às piores oportunidades, à discriminação ou à maternidade, difi-

culta a participação das mulheres em condições de igualdade. A Organização das Nações Unidas (ONU) chama a atenção sobre um setor, a ciência, no qual as mulheres continuam sendo minoria, com um índice de graduação que é metade do que a dos homens, e com escasso espaço na pesquisa e na tomada de decisões, segundo uma pesquisa realizada em 14 países. Trata-se, no entanto, de um setor essencial para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2030. Diversas iniciativas tentam quebrar essa visão, como o filme indicado ao Oscar, “Estrelas além do tempo”, sobre uma equipe de mulheres afro-americanas cientistas da National Aeronautics and Space Administration (NASA), ou o livro “El universo de cristal”, da estadunidense Dava Sobel, que recupera as histórias de astrônomas e engenheiras como forma de atrair as mulheres para a ciência.

Fontes: [UNESCO](#), 06/02/2017; [ONU](#), 11/02/2017; [La Nación](#), 28/02/2017.

A luta dos povos indígenas

A comunidade indígena da tribo Sioux de Standing Rock voltou a protestar contra o projeto do Dakota Access Pipeline, que tem o objetivo de transportar petróleo bruto do campo petrolífero Bakken, em Dakota do Norte, para refinarias perto de Chicago, em Illinois. O projeto ameaça terras consideradas sagradas pela comunidade indígena e corre perigo de contaminar as águas do rio Missouri. Um ano depois da morte da ambientalista Berta Cáceres, dois outros ativistas envolvidos nas lutas indígenas também foram assassinados, o agricultor e ativista ambiental mexicano Isidro Baldenegro e a líder da tribo Wiwa e ativista pelos direitos das mulheres indígenas, Yoryanis Isabel Bernal Varela. Desde o começo de 2017, já são nove os líderes indígenas assassinados. Esses dados reforçam o alerta da Anistia Internacional, que divulgou em seu relatório anual de 2016/2017 que a violência, a desigualdade e a impunidade generalizada aumentaram em níveis recordes nas Américas, provocando grandes retrocessos nos direitos humanos.

Fontes: [WOLA](#), 03/02/2017; [BBC](#), 13/02/2017; [Anistia Internacional](#), 21/02/2017.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

